

5ª VARA DO TRABALHO DE BETIM**TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0010357-31.2019.5.03.0142**

Em 06 de dezembro de 2021, por meio da Plataforma oficial de video conferência, Zoom Meeting, instituída por meio do Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 54/2020 e Art. 42 da Portaria Conjunta GP/CR/VCR n. 223/2020, sob a direção da Exmo(a). Juíza VIVIANNE CELIA FERREIRA RAMOS CORREA, realizou-se audiência relativa a Ação Civil Pública Cível número 0010357-31.2019.5.03.0142 ajuizada por SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA EXTRACAO DE FERRO E METAIS BASICOS DE BRUMADINHO E REGIAO e outros em face de VALE S.A. .

Às 14h30min, aberta a audiência audiência virtual, compareceram as partes e procuradores abaixo individualizados.

Presente o presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE LOCACAO EM GERALNO ESTADO DE MINAS GERAIS, Sr. Geraldo Anatólio da Silva, acompanhado do advogado, Dr. FELIPE MARTINS RIBEIRO PIRES, OAB/MG nº 140107.

Presente o presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA EXTRACAO DE FERRO E METAIS BASICOS DE BRUMADINHO E REGIAO, Sr. Agostinho Jose de Sales, acompanhado dos advogados Dr. LUCIANO RICARDO DE MAGALHÃES PEREIRA, OAB/MG nº 56092 e DIEGO FELIPE BOCHNIE SILVA, OAB/DF nº 37332

Presente o preposto da Ré, Sr(a). JOSUE RIBEIRO SOARES, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). Michel Pires Pimenta Coutinho, OAB nº 0087880/MG.

Presente o(a) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, na pessoa da Procuradora do Trabalho, Dra. Ana Claudia Nascimento Gomes, matrícula nº 651.

CONCILIAÇÃO: O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE LOCACAO EM GERALDO ESTADO DE MINAS GERAIS e O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA EXTRACAO DE FERRO E METAIS BASICOS DE BRUMADINHO E REGIAO aderem ao acordo apresentado na petição de ID 3ec5c3e, com a concordância da Reclamada Vale S/A.

O acordo acima referido receberá os adendos que abaixo se explicitará.

PRAZO PARA ADESÃO

Acordam as partes que o prazo máximo para adesão é o máximo de 01 (um) ano, contado a partir da homologação do acordo, observado o prazo máximo de 02 (dois) anos, contados a partir da rescisão do contrato de trabalho.

Fica ressalvado que os prazos de eventuais incapazes somente correrão nas hipóteses legais.

DA ADESÃO POR ADVOGADOS PARTICULARES

Fica facultada a assistência na adesão por outros advogados particulares, caso seja opção da parte.

Para a adesão por advogado particular deverá a parte preencher o termo de adesão, na forma já contida nos termos de acordo, apresentando todos os documentos descritos nos acordos já apresentados, além de um documento esclarecendo por qual sindicato o trabalhador é representado.

O Termo de Adesão, devidamente assinados pelo(s) advogado(s) particular (es), serão encaminhados à VALE, sempre às segundas-feiras (através de e-mail único, que será informado pela Reclamada, em petição a ser protocolada nos autos, no prazo de 10 dias úteis), que terá o prazo máximo para analisá-lo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias corridos, caso o volume de adesões supere a 20 (vinte) pedidos semanais.

Havendo consenso quanto ao enquadramento, o “Termo de Adesão” será assinado também pelos advogados da VALE, devolvido ao advogado particular, utilizando para a devolução o mesmo e-mail utilizado pelo advogado para envio do termo, que providenciará o protocolo perante a 5ª Vara do Trabalho de Betim/MG.

Caso não haja adesão ou não haja consenso quanto ao enquadramento fático do trabalhador na condição de “lotado” ou de “sobrevivente”, o trabalhador não ficará obrigado aos termos do presente acordo.

No caso de adesão, por advogados particulares, os honorários advocatícios serão divididos, de forma que caberá 50% (cinquenta por cento) do valor destes honorários advocatícios para os entes sindicais que representam os trabalhadores, os quais atuaram na fase de conhecimento e são acordantes, ao passo que os outros 50% (cinquenta por cento) serão pagos ao advogado particular contratado pelo trabalhador.

Ainda para o caso da hipótese da adesão por advogados particulares, fica esclarecido que os honorários devidos aos entes sindicais que participam deste acordo, na proporção de 50% conforme acima, serão

destinados integralmente para o sindicato que represente a categoria do substituído que aderir ao acordo, com exceção dos integrantes de categoria diferenciada.

FORMA DE EXECUÇÃO DOS ACORDOS

As execuções dos valores relativos a indenizações e benefícios de natureza individual, bem como da complementação para aqueles que já firmaram acordos individuais já homologados, que tenham interesse em aderir a este acordo, dar-se-ão por meio de ação individual de execução, distribuída por dependência aos presentes autos, nos termos dos art. 97 e 98, § 2º, I e II do Código de Defesa do Consumidor, e art. 2º, Parágrafo Único, da Lei nº 7.347/85, utilizando a classe processual cumprimento de sentença (Cumsen).

INFORMAÇÃO SOBRE O ACORDO PARA OS OUTROS JUÍZOS

Oficie-se às demais Varas do Trabalho onde tramitam ações individuais em face da Ré em razão do rompimento da barragem BI, solicitando-lhes a intimação dos Autores para ciência do acordo, e eventual adesão dos interessados, caso que implicará a suspensão do andamento das ações individuais. A homologação de eventual adesão implicará a desistência da ação individual com relação aos pedidos idênticos (art. 104, do Código de Defesa do Consumidor).

Desde já, a Ré manifesta-se favoravelmente à desistência nas ações individuais em comento.

ACORDO HOMOLOGADO.

Os sindicatos se comprometem a dar ampla divulgação do presente acordo junto à respectiva categoria.

EXPEÇAM-SE OFÍCIOS PARA AS DEMAIS VARAS ONDE TRAMITAM PROCESSOS EM FACE DA RECLAMADA COM O MESMO OBJETO DESTES PROCESSOS, CONFORME ACIMA DETERMINADO.

Nada mais.

Audiência encerrada às 15h50.

VIVIANNE CELIA FERREIRA RAMOS CORREA

Juíza do Trabalho

Ata redigida por NATALIA YOKO DUARTE ITO, Secretário(a) de Audiência.